

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO - AEE: POLÍTICAS, CONCEITOS, IMPLEMENTAÇÕES E AÇÕES FORMATIVAS NO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS – MA

Milene Galeno Lima¹; Érica Paloma Araújo Garcia²; Nicole Regina Serejo Pereira³;
Orientadora: Francy Sousa Rabelo⁴.

¹Universidade Federal do Maranhão – UFMA, milene.g@hotmail.com; ²Universidade Federal do Maranhão – UFMA, ericapaloma23@gmail.com; ³Universidade Federal do Maranhão – UFMA, nicoleregina9@hotmail.com; ⁴Universidade Federal do Maranhão – UFMA, franrabelo@hotmail.com.

RESUMO

Investiga-se sobre o Atendimento Educacional Especializado - AEE a partir das políticas que embasam as ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação - SEMED até a sua implementação no município de São Luís – MA. Realiza-se uma reflexão acerca dos dados fornecidos pela SEMED com o objetivo de conhecer as ações formativas e a implementação desenvolvidas pela SEMED junto às escolas em relação ao Atendimento Educacional Especializado. Utiliza-se como aporte teórico-metodológico autores como: FONSECA (1995), GIL (2008), MINAYO (2002), PESSOTI (2012), dentre outros e para a coleta de dados, a entrevista semiestruturada utilizada com a Superintendente da Educação Especial. Tais autores subsidiam a fundamentação da pesquisa bibliográfica e a de campo realizada na SEMED, os quais permitem interpretar a realidade educacional existente nas salas de recursos e núcleos especializados, relacionando às políticas que surgem como um suporte. Como resultados, a pesquisa aponta que a SEMED apresenta em sua ação primária a preocupação com a formação continuada dos professores do AEE e do ensino regular, proporcionando cursos de formação continuada, que habilitam estes professores a trabalhar com alunos com necessidades educacionais especializadas.

Palavras-Chave: Educação Especial, Atendimento Educacional Especializado, SEMED, Ações formativas.

INTRODUÇÃO

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) no âmbito da atual Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva- PNEEPEI é compreendido como um conjunto de atividades e recursos pedagógicos desenvolvidos para garantir o acesso dos alunos com necessidades especiais à educação de forma que contribuam para o processo de ensino-aprendizagem e garanta a acessibilidade destes em todos os níveis de educação. De acordo a PNEEPEI (BRASIL, 2008, p. 16):

O atendimento educacional especializado identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que elimine as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas. As atividades

desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela.

A partir disso, entende-se o AEE como conjunto de atividades que viabilizam a inclusão escolar através das políticas educacionais e trabalho pedagógico, os quais devem desenvolver em conjunto caminhos que possibilitem o acesso a uma educação de qualidade que seja capaz de atender aos alunos com necessidades educacionais especiais além de proporcionar o desenvolvimento de tais alunos no meio social exterior à escola.

As razões de políticas e ações desenvolvidas justificam a necessidade de conhecer as ações formativas e as implementações desenvolvidas pela SEMED junto às escolas em relação ao Atendimento Educacional Especializado, a fim de explicitar a importância da presença do AEE e as implicações que a SEMED possui para a realização desta prática, no que tange à formação de professores até a sua real prática. Para isso, realizou-se uma pesquisa de campo na SEMED com a Superintendente da Educação Especial por meio de uma entrevista semi-estruturada, cuja análise dos dados se deu pelas e pesquisas bibliográficas em autores como Pessoti (2012), Fonseca (1995) que serviram como suporte para a fundamentação teórica, assim como documentos legais que norteiam a temática da educação especial.

O artigo está estruturado em duas partes. Na primeira parte, busca-se discutir acerca da Educação Especial, o seu percurso no que diz respeito às suas lutas e garantia de acesso à mesma, possibilitando a inclusão social. Na segunda, discute-se o papel da SEMED frente o AEE, visando apresentar as suas ações desenvolvidas com o objetivo de visualizar os reflexos desta no dia-a-dia e sua relação com a construção da Educação Inclusiva.

2 EDUCAÇÃO ESPECIAL: percurso histórico e legal

A Educação Especial vem sendo historicamente construída e definida ao longo dos anos, uma conquista adquirida com luta que dependeu de atores e ocasiões que se sucederam para que hoje se tratasse sobre inclusão e sobre Educação Especial. Desde então discussões, fóruns e rodas de diálogos começaram a enfatizar a necessidade de criar instituições especializadas, políticas específicas, leis e diretrizes que norteassem o trabalho e garantissem atendimento e educação para as pessoas com deficiência. A inclusão faz parte da Educação Especial que diz respeito à educação de pessoas com deficiência, seja ela auditiva, física,

visual, mental, motora, múltipla ou decorrente de distúrbios evasivos do desenvolvimento, além das pessoas superdotadas que também têm integrado a educação especial.

Desde a antiguidade, com o início das organizações sociais e educativas por parte dos espartanos e atenienses, passando pela Idade Média e chegando a Idade Moderna, a sociedade só evoluía, contudo, as pessoas com deficiência ainda eram excluídas do meio social. Pessotti (2012) afirma que em Esparta, as crianças com qualquer tipo de deficiência física ou mental eram consideradas subumanas. Por não serem aceitos, não se pensava em políticas e ações para o trabalho e desenvolvimento delas. Mas, o cenário muda quando cristãos da Europa abriram os olhos para a realidade das pessoas com necessidades especiais. Tidos por eles como filhos de Deus, os cristãos pregavam a tolerância e aceitação dessas pessoas.

Segundo Pessotti (2012), depois dos cristãos, muitos médicos começaram a estudar melhor os casos de deficiência e fazer constatações de que não se tratava de um assunto teológico e moral, mas que havia condições biológicas para que as deficiências surgissem na vida daqueles que tinham uma necessidade especial. Dentre esses médicos podemos citar Teofrasto Paracelso e Jerônimo Cardoso, Thomas Willis, Francesco Torti e John Locke. Damos destaque a Itard e Péreire que contribuíram grandemente nos estudos e educação dos surdos-mudos na França. A atenção a estes estudos evoluiu bastante, tanto que alguns anos depois aconteceu uma Conferência que marcou o mundo.

Realizada na Espanha entre os dias 07 e 10 de junho de 1994 ficou conhecida como Declaração de Salamanca, contou com a participação de 88 governos e 25 organizações internacionais em assembleia. Reafirmaram o compromisso de ter-se uma Educação para Todos, reconhecendo a necessidade e urgência de providenciar educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino, e re-endossando a Estrutura de Ação em Educação Especial. A Declaração de Salamanca é considerada como um marco entre os documentos mundiais. Segundo esta declaração:

Regras Padrões sobre Equalização de Oportunidades para Pessoas com Deficiências, o qual demanda que os Estados assegurem que a educação de pessoas com deficiências seja parte integrante do sistema educacional. Notando com satisfação um incremento no envolvimento de governos, grupos de advocacia, comunidades e pais, e em particular de organizações de pessoas com deficiências, na busca pela melhoria do acesso à educação para a maioria daqueles cujas necessidades especiais ainda se encontram desprovidas; e reconhecendo como evidência para tal envolvimento a participação ativa do alto nível de representantes e de vários governos, agências especializadas, e organizações inter-governamentais naquela Conferência Mundial. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 01)

No Brasil, damos destaque a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional-LDBEN (BRASIL, 1996), aprovada há mais de 20 anos, em 20 de dezembro de 1996, desde então

serve a educação abrindo espaço para medidas que ampliaram o acesso, melhorias e financiamento do ensino no Brasil. Nos anos que se seguiram a LDBEN hoje conhecida como LDB somente, foi sendo atualizada como também incluindo temas de relevância para sociedade como é o caso da educação especial que tem um capítulo dedicado somente para ela. O capítulo V da LDB traz em pauta sobre a educação especial:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação [...] A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil [...] (BRASIL, 1996, p. 39).

Para estar vigente até hoje, a LDB precisou romper barreiras governamentais e contou com o reforço do mecanismo do Plano Nacional de Educação (PNE) que define metas e objetivos para serem alcançados, inclusive na educação especial, reforçando a garantia para o atendimento ao público alvo da educação especial. Discorreremos a seguir mais sobre as leis vigentes na Educação Especial, mais precisamente no Atendimento Escolar Especializado.

2.1 ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: conceitos e legislação vigente

A história revela o trajeto de lutas e avanços percorridos na busca de alcançar os direitos de inclusão das pessoas com necessidades especiais. No Brasil, a Constituição Federal de 1988 delineia estratégias a fim de democratizar a educação, definindo em seu artigo 205, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No seu artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1988), como um dos princípios para o ensino e, garante como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208).

O Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 estabelece, em sua Meta 4, a universalização do atendimento escolar, o acesso à educação básica e ao atendimento especializado, de preferência na rede regular de ensino, para os estudantes de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

O documento da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) destaca que:

Na perspectiva da educação inclusiva, a educação especial passa a constituir a proposta pedagógica da escola, definindo como seu público-alvo os alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Nestes casos e outros, que implicam em transtornos funcionais específicos, a educação especial atua de forma articulada com o ensino comum, orientando para o atendimento às necessidades educacionais especiais desses alunos. (BRASIL, 2008, p. 14).

Essa política convida as funções da escola e da educação à uma reconfiguração que promova o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares. Dentre as propostas promovidas pelo PNEEPEI que visam ser respostas às necessidades educacionais especiais, destaca-se o Atendimento Educacional Especializado (AEE) que preconiza eliminar as barreiras para que haja a plena participação dos alunos no ambiente escolar e no processo de aprendizagem, considerando suas necessidades específicas, utilizando recursos pedagógicos para tornar esses alunos mais autônomos. Conforme as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, por meio da Resolução Nº. 4 CNE/CEB, define no seu artigo 5º:

O Atendimento Educacional Especializado é realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, também, em Centro de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria de Educação ou órgão equivalente dos Estados, Distrito Federal e Municípios (BRASIL, 2009, p. 02).

A escola que pretende incluir os alunos com necessidades especiais e almeja o aprendizado dos mesmos precisa incluir o AEE para ter o devido apoio para alcançar os objetivos. Para tanto, cabe ressaltar que o AEE não se desvincula do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola. Não serão dois caminhos diferentes a serem percorridos, mas como designa o MEC, o AEE trabalha em conjunto com a escola de acordo com sua organização, planejamento, acompanhamento de objetivos, metas, ações e espaço físico da instituição.

3 IMPLEMENTAÇÕES E AÇÕES FORMATIVAS DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO REALIZADAS PELA SEMED EM SÃO LUÍS – MA

A pesquisa é de abordagem qualitativa, pois se constitui uma investigação com o objetivo de compreender os comportamentos em determinado meio. E partindo de uma abordagem qualitativa, configura-se de caráter exploratório, devido os levantamentos bibliográficos, entrevistas e pesquisas realizadas. Outra característica desta pesquisa é seu cunho descritivo, pois estuda-se a característica de um determinado grupo. Gil (2008, p.28) nos diz que “As pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”. Através disto, é possível conhecer melhor os sujeitos e objetos da pesquisa, podendo estabelecer relações entre estes, assim, levantando dados para serem analisados.

Os dados foram coletados via entrevista semi-estruturada. A entrevista é a estratégia mais usada no processo de trabalho de campo, e segundo Minayo (2002) através dela o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais. Ela não se resume a uma conversa neutra, sem objetividade, pois “[...] se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada” (MINAYO, 2002, p.57). Esta autora ainda nos diz que a entrevista semi-estruturada, consiste na articulação da entrevista estruturada com a não estruturada, onde existem perguntas formuladas, mas que podem ser mudadas de acordo com o que o pesquisador achar mais adequado, combina perguntas tanto fechadas como abertas.

Para tanto tivemos como *locus* da pesquisa a Secretaria Municipal de Educação, especificamente a Superintendência de Educação Especial, localizada em São Luís – MA. O sujeito da pesquisa foi à superintendente da educação especial – S1. Ela é professora formada há trinta e cinco anos, graduada em matemática, especialista em gestão e doutora em educação, trabalha como superintendente há seis anos e diz estar desenvolvendo um trabalho muito bom ^{S1} “*Que é defender o público alvo da educação especial, que são as pessoas com deficiência.*”

Além dela, os profissionais que compõem a equipe da SEMED na área do Atendimento Educacional Especializado – AEE são: pedagogos, psicopedagogos, psicólogos, terapeutas ocupacionais, fisioterapeutas, fonoaudiólogos e assistente social. Esses profissionais desenvolvem um projeto chamado “Caminhar Junto” que acompanha e orienta as famílias dos alunos com deficiência. O AEE da Rede Municipal de Ensino é vivenciado por sete núcleos, que são divididos entre os bairros da capital e zona rural, núcleo da Cidade Operária, Coroadinho, Turú, Bequimão, Anil, Centro e Zona rural que é o maior núcleo.

¹⁸¹ Fala da Superintendente de Educação Especial da SEMED/ São Luís - MA

3.1 Acompanhamento da SEMED para o AEE

A SEMED acompanha o AEE de diversas maneiras, as salas de recursos da rede municipal atualmente são 133, ^{S1} “[...] a sala de recurso acontece dentro de uma escola, a escola cede uma sala e lá nessa sala a gente monta essa sala e lá é a sala de recursos, aí tem um professor especializado mesmo e este professor atende nessa escola [...]”, segundo a superintendente, apenas 30% dessas salas estão equipadas, tem-se como proposta, equipar para melhor atender o público alvo. Como nem todas as escolas municipais possuem o Acompanhamento Educacional Especializado na própria escola, a Rede Municipal de ensino conta com sete núcleos, onde profissionais também desenvolvem o acompanhamento desses alunos. Além dos pedagogos que ficam nas salas regulares e dos professores das salas de recursos, há equipe denominada de interna, citada acima, pois sabemos que este trabalho deve ser feito por uma equipe multidisciplinar, assim, auxiliando na melhora dessas deficiências. Fonseca (1995) acredita que:

Qualquer criança normal ou deficiente mental ou com dificuldades de aprendizagem pode atingir um nível mais avançado do que o seu funcionamento cognitivo atual pode prever. A modificabilidade cognitiva estrutural é possível, o indivíduo normal ou deficiente mental está aberto a novas vias de desenvolvimento intelectual, (FONSECA, 1995, p.104)

Defende-se então a ideia de que, a criança alvo da Educação Especial, precisa também ser estimulada e acompanhada por diversos profissionais qualificados, que considerem a diversidade cultural dos alunos, que os compreendam, para que assim, os alunos apresentem um melhor desempenho.

Além dessa equipe, existe ^{S1} “outra equipe de pedagogos que são os técnicos itinerantes, os técnicos do campo.”, estes são responsáveis por uma média de 17 escolas, onde acompanham o trabalho realizado com os alunos público da Educação Especial, atendidos nos núcleos e escolas, são responsáveis por analisar as fichas que são preenchidas por professores da sala regular, no intuito de identificar alunos com possíveis deficiências. Após o recebimento das fichas, o diagnóstico da criança com necessidades especiais se dá por uma avaliação psicopedagógica, onde os professores se reúnem para discussão; a respeito dos alunos da Educação Infantil, a superintendente relata que este diagnóstico é mais demorado, uma vez que a criança ainda está em um processo de formação desenvolvimento mais “instável”, é o que a entrevistada denomina como “fase da criança”.

Para tanto, é necessário a estes profissionais, uma constante formação na intenção de construir sempre um trabalho de qualidade, visando melhorar sua prática e compreender a

realidade em que atua, Imbernón (2010, p.50) coloca a necessidade da formação para uma reflexão da prática fundamentada em teoria “[...] mediante a análise, a compreensão, a interpretação e a intervenção sobre a realidade, a capacidade do professor de gerar conhecimento pedagógico por meio da prática educativa”. A reflexão então é essencial para que o professor consiga ter suas práticas dotadas de sentido, podendo assim, contribuir de forma positiva na formação dos alunos.

Os rumos da avaliação dentro do AEE devem estar relacionados dentro da implementação no que diz respeito ao sucesso e progresso dos alunos. É importante contextualizar os procedimentos avaliativos dentro da aprendizagem levando em consideração os existentes como também novos procedimentos que serão pertinentes, além de conhecer os alunos através desta avaliação, o que é essencial para que possam ser feitos trabalhos de maneira adequada para cada aluno. Assim, Hoffman (1998, p.21) diz que “É preciso um olhar atento sobre o estudante. Para que cada etapa de sua vida é altamente significativa e precedentes as próximas conquistas” e considera que esta etapa faça parte da avaliação pois a considera “não como certificativa, mas como impulsionadora da aprendizagem, enquanto reflexão sobre a mesma.”. A avaliação fornece informações sobre os alunos que auxiliam no processo de aprendizagem, e que deve ser distanciada do ideal de ser um instrumento excludente, onde certifica-se uns e excluem outros. Portanto, através da avaliação é possível inserir esses alunos em diferentes meios, proporcionando estímulos, o que pode ser difícil tanto para os alunos, como para os profissionais que estão atuando; uma vez que é necessária uma relação dialógica e intencional na avaliação, a fim de que este instrumento auxilie na construção do conhecimento.

A Rede Municipal acompanha também o AEE através de uma equipe composta por monitor de transporte, revisor de braile, escritor de braile, instrutor de libras, interprete de libras e cuidadores que atuam nas salas de aula, acompanhando alunos autistas, sendo geralmente os que possuem autismo severo. Faz-se então necessário uma equipe qualificada, que possa ser objetiva e consciente de sua prática, que seja capaz de entender que não cabe ocupar esses alunos com atividades para passar tempo, mas sim com a intenção de proporcionar um desenvolvimento em

[...] termos de novas capacidades adaptativas, reforçando os seus esforços de modificabilidade. A estratégia de intervenção não pode ser neutra ou acrítica, deixando que os deficientes passem o tempo em experiências hedônicas repetitivas e inconsequentes. (FONSECA, 1995, p. 93)

Assim, a Rede Municipal, conta com a formação continuada desses profissionais que atuam diariamente com os alunos que possuem necessidades especiais. Quanto aos professores da sala de ensino comum e sala de recursos, há cursos que dão embasamento para esses profissionais desenvolverem atividades que façam sentido e os impulsionem a aprender de maneira significativa.

3.2.2 Ações formativas desenvolvidas pela SEMED em relação ao Atendimento Educacional Especializado

As ações formativas promovidas devem ter propostas que estimulem os professores a refletirem sobre suas práticas dentro da sala de aula fazendo com que os mesmos continuem a buscar constantemente formação continuada. Segundo a superintendente:

As ações formativas são desenvolvidas através de formação mesmo, a formação continuada dos professores, nós temos calendário de formação, a formação continuada dos professores do AEE e nós trabalhamos com programas de formação não só com a formação do AEE, mas formação do ensino comum, dos professores do ensino comum é que são também capacitados, formados.^{S1}

A formação continuada é importante para o professor, pois nela eles poderão se qualificar, levando problemas que inquietam em sua prática e assim buscando soluções para que o processo de ensino-aprendizagem seja de forma significativa. Nóvoa (1991, p. 30, apud COSTA, 2004, p.73) nos diz que “A formação continuada deve alicerçar-se numa reflexão na prática e sobre a prática”, através de dinâmicas de investigação-ação e de investigação-formação, valorizando os saberes de que os professores são portadores. A formação de professores é um processo contínuo e com isso sempre haverá reflexões, questionamentos, discussões acerca do processo de aprendizagem.

A escola é o local onde os professores adquirem experiências e constroem saberes em seu trajeto. Esses profissionais ao longo do processo aliando suas teorias, reflexões e práticas irão aprender ainda mais, fazer descobertas e ter novas posturas. Segundo Nóvoa apud COSTA, 2004, p.71):

A formação continuada deve estar articulada com desempenho profissional dos professores, tomando as escolas como lugares de referência. Trata-se de um objetivo que só adquire credibilidade se os programas de formação se estruturarem em torno de problemas e de projetos de ação e não em torno de conteúdos acadêmicos.

Como se vê a formação continuada é fator constituinte para o desenvolvimento de uma docência com comprometimento, desde que leve em conta a realidade escolar, logo as

peculiaridades do atendimento educacional especializado devem ser focos nas ações formativas, como está direcionado na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que assim se reporta:

Para atuar na educação especial, o professor deve ter como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área. Essa formação possibilita a sua atuação no atendimento educacional especializado e deve aprofundar o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas 18 comuns do ensino regular, nas salas de recursos, nos centros de atendimento educacional especializado, nos núcleos de acessibilidade das instituições de educação superior, nas classes hospitalares e nos ambientes domiciliares, para a oferta dos serviços e recursos de educação especial. (BRASIL, 2008, p.17,18)

A SEMED dispõe formação aos professores por meio de cursos da educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Esses cursos têm 180 horas, são semipresenciais, tem doze módulos e trabalha todas as especificidades. Os cursos oferecidos são: Autismo, Altas Habilidades, Sorobam, Braile, Surdez, Educação Física Inclusiva, Libras, Educação Especial na Perspectiva Inclusiva.

Vale ressaltar que a teoria é importante para o professor, porém, ela deve estar alicerçada com a prática, porque é nessa relação que o professor se constrói, é com a teoria que o professor fundamenta suas aulas. Visando a necessidade de uma formação continuada na área da Educação Especial com o intuito de promover uma educação de qualidade aos alunos, a SEMED promove aos professores cursos de formação continuada nas diversas áreas da educação especial que são solicitados pelos docentes, tanto da sala regular, quanto AEE, de acordo com os alunos que são atendidos, presenciamos isso na fala da superintendente:

[...] Caso eles tenham aluno autista e eles estão encontrando dificuldades de trabalhar com o aluno autista, eles solicitam a formação com o tema “autista”, do autismo, na área do autismo. Se a dificuldade é na flexibilidade curricular ou então como se chama, na adequação curricular, eles solicitam o tema e o tema chega até eles, e aí a gente faz essa formação na própria escola.⁵¹

Bridi (2011, p. 10) afirma que, “A política de formação continuada de professores no campo da educação especial vem acontecendo em conformidade com panorama nacional no que tange à formação continuada”. Nesse sentido o professor deve ter um preparo no que diz respeito ao processo de ensino-aprendizagem, pois se tratando do Atendimento Educacional Especializado - AEE mais precisamente do aluno com necessidades educacionais especiais, o professor deve ser preparado desde sua formação inicial e quando estiver em exercício deve constantemente ter formação continuada.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões teóricas realizadas neste artigo, a partir da investigação das ações da SEMED em relação ao AEE, tiveram como questão central a análise dessas ações visando compreender de que forma a SEMED contribui para o desenvolvimento e garantia de uma prática de qualidade nas salas de recursos e nos núcleos do AEE do município de São Luís – MA.

Refletiu-se acerca da educação especial englobando o seu percurso histórico e legal a fim de trazer uma visão acerca do aparato que envolve o AEE sua busca de garantia, ou seja, a inclusão de alunos que necessitam deste. A partir disso, buscou-se discutir de que forma a SEMED está pensando e desenvolvendo as ações que geram significações para o AEE. Portanto, conclui-se que a SEMED, segundo o sujeito pesquisado, apresenta em sua ação primária a preocupação com a formação continuada dos professores do AEE e do ensino regular, proporcionando cursos que habilitam estes professores a trabalharem melhor com alunos de necessidades educacionais especializadas. O trabalho da SEMED além de se dar nas escolas, com a construção e implementação de salas de recursos multifuncionais e apoio pedagógico ao professor da sala regular, também disponibiliza núcleos de atendimento distribuídos nos bairros de São Luís - MA e Zona Rural para atender melhor a demanda de alunos que não disponibilizam do AEE na própria escola.

A importância da compreensão dessas ações realizadas é essencial para o movimento de continuação das práticas inclusivas, começando pela formação de professores, qualificando-os e buscando a valorização destes com o objetivo de disseminar uma educação realmente inclusiva e transformadora, o que reflete diretamente no processo de ensino-aprendizagem daqueles que são atendidos pelo AEE nas salas de recursos multifuncionais e fora delas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.** Resolução CNE/CEB nº 4/2009.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** LDB 9.394, de março de 2017. Disponível: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf>. Acesso em: 03 de jan. 2018.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn2.pdf>. Acesso em: 16 de out. 2017.

_____. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. MEC; SEEP; 2008.

BRIDI, Fabiane Romano de Souza. **Formação continuada em educação especial: o atendimento educacional especializado**. UNISUL, Tubarão, v. 4, n. 7, Jan./Jun, 2011. Disponível em: <<http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Poiesis/article/view/655/613>>. Acesso em: 03 de jan. de 2018.

COSTA, Nadja Maria de Lima. **A Formação Contínua De Professores – Novas Tendências E Novos Caminhos**. Holos, Ano 20, dezembro de 2004. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/viewFile/48/52>>. Acesso em: 03 de jan. de 2018.

FONSECA, Vitor da. **Educação Especial: Programa de estimulação precoce – uma introdução de idéias de fuerstein**. 2 ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1995.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6 ed. São Paulo: Atlas 2008.

HOFFMANN, Jussara M.L. **Pontos e contrapontos: do pensar ao agir em avaliação. Mediação**, Porto Alegre, 1998.

IMBERNÓN, F. **Formação continuada de professores**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. Disponível em: <<http://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf>>. Acesso em: 22 de dez. de 2017.

Ministério da Educação. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva**. Brasília: Secretaria de Educação Especial ; Fortaleza : Universidade Federal do Ceará, 2010.

PESSOTTI, Isaías. **Deficiência Mental: da superstição à ciência**. Marília, SP: ABPEE, 2012.

UNESCO. Espanha. Conferência Mundial de Educação Especial. **Declaração de Salamanca: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Salamanca, Espanha: UNESCO, 1994. 17p.